



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Maio de 2011  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

A INFLUÊNCIA DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NA CRIAÇÃO DAS FREGUESIAS NO SÉCULO XVIII NO RIO GRANDE DO SUL - O CASO DE RIO PARDO

**Leonardo Marques Hortencio** (Uniritter) - hortencio@uniritter.edu.br

*Arquiteto e Urbanista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Uniritter  
Grupo de Pesquisa Espaço Urbano e Regional: Arquitetura e Cidade Ibero-americanas*

**Maturino Santos da Luz** (Uniritter) - maturino@terra.com.br

*Arquiteto e Urbanista, Mestre em Teoria, História e Crítica de Arquitetura Faculdade de Arquitetura e Urbanismo –  
Uniritter Grupo de Pesquisa Espaço Urbano e Regional: Arquitetura e Cidade Ibero-americanas*

## **A influência da imigração portuguesa na criação das freguesias no século XVIII no Rio Grande do Sul - o caso de Rio Pardo**

**Resumo:** O trabalho que está sendo apresentado é parte de uma pesquisa de maior amplitude, que visa estudar a formação das cidades de origem portuguesa no território do Rio Grande do Sul. A etapa aqui apresentada abrange as povoações surgidas no século XVIII a partir da criação de Freguesias, identificando o processo histórico que envolveu a ocupação da faixa litorânea e do Vale do Rio Jacuí. Como demonstração será apresentado como se deu a origem, a evolução urbana e a consequente estruturação espacial do município de Rio Pardo, originado numa das 14 primeiras freguesias do século XVIII. O objetivo deste trabalho é possibilitar a comparação entre as diferentes freguesias do século XVIII, para compreender a lógica e as particularidades decorrentes das políticas de formação de povoações e a ocupação do território pelos portugueses que chegaram ao Estado do Rio Grande do Sul a partir daquele século. Para compreensão deste fenômeno, foram estudados os aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, e seus reflexos na estruturação e organização do assentamento urbano, desde a conformação do traçado urbano – ruas e parcelamento fundiário, e sua consequente ocupação com as edificações que configuram seu tecido.

## 1. Introdução

O ponto de partida é a decisão de Portugal de estender seus domínios até o Rio da Prata, quando o Papa estende o domínio eclesiástico do Rio de Janeiro até a região, e que motiva o envio de Manuel Lobo para fundar a Colônia de (1680). Sabe-se da pressão dos comerciantes portugueses na região para ali permanecerem. Afinal, a prata de Potosi, e o couro do gado das vacarias eram atraentes. Rhoden lembra que os ingleses, através de Portugal, buscavam ampliar o mercado para seus produtos manufaturados (RHODEN, 1999, p. 130). Para garantir a posse de Colônia e para explorar os rebanhos de gado, para abastecer especialmente Minas Gerais, Portugal incentiva a ocupação do território litorâneo situado entre Laguna e Colônia. Assim, são colonizadas as faixas entre as lagoas e o oceano, e, posteriormente, uma linha perpendicular à primeira, da foz do Jacuí até Rio Pardo. Autores como Cruz e Rhoden definem as vertentes de povoamento a partir das linhas de penetração (CRUZ, 1996, p. 76-77 e RHODEN, 1999, p. 140-141). Macedo por sua vez define povoação como o lugar onde se estabeleciam residências relacionadas com a administração - Câmara de Vereadores - em torno de igreja, recém elevada à condição de capela curada ou paróquia, com pequeno comércio de abastecimento (MACEDO, 1983, p. 76). No século XVIII, três povoações se destacariam e se desenvolveriam em relação as demais: Rio Grande, localizada no lado sul do canal para prestar socorro por terra à Colônia (BITTENCOURT apud MONTEIRO, 2007, p. 60) e as duas povoações situadas no eixo definido pelo vale do Jacuí, Porto Alegre e Rio Pardo, principalmente com a pacificação e o Tratado de Santo Ildefonso (1777). É inegável que a imigração açoriana contribuiu para o incremento da população das povoações, basta ver os censos populacionais do período. No século XIX, entre a 1ª divisão administrativa de 1809 e 1832, houve um verdadeiro movimento de “pulsção”, que impulsionou o crescimento da rede de povoados para 14 unidades (MACEDO, 1983, p. 75). Yunez estudou os traçados das cidades gaúchas no século XIX, explicando a persistência do modelo reticular, considerando as origens das cidades (de defesa, a partir de capelas, de colonos e imigrantes, ou sobrepostas às antigas missões jesuíticas), os agentes que os delinearam (pilotos/agrimensores, engenheiros militares) e as formas resultantes. Suas conclusões desconsideraram o traçado inicial das povoações do século XVIII e os remanescentes existentes nas cidades, que permitiriam que obtivesse mais precisões. Quase todos os pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo das cidades de origem portuguesa no Rio Grande do Sul trataram também das tipologias arquitetônicas, para defesa, abrigo (incluindo as igrejas e capelas) e trabalho. A polêmica fica por conta da habitação, apontada por alguns como de gênese açoriana. Como se pode ver, muitas dúvidas e contradições são encontradas na medida em que o interessado no assunto começa a enfrentá-lo. Sem contar as lacunas visíveis, como a questão fundiária e a relação entre as edificações e o tecido urbano (lotes, quarteirões e estrutura viária). A pesquisa, da qual se origina o presente artigo, propõe preencher estas

lacunas e aprofundar as questões polêmicas aqui apontadas.

O presente trabalho é parte de um estudo maior, que visa compreender a cidade luso-brasileira no Rio Grande do Sul, e que está estruturado em três etapas. A primeira etapa abrange as povoações surgidas no século XVIII a partir da criação de Freguesias, identificando o processo histórico que envolveu a ocupação da faixa litorânea e do Vale do Rio Jacuí. A segunda etapa envolverá as localidades que complementam a rede de povoados existentes quando da definição da primeira divisão administrativa do Rio Grande do Sul (1909). A terceira e última etapa abrangerá as cidades surgidas de acampamentos e postos militares, nas fronteiras sul e oeste, no primeiro quartel do século XIX.

A delimitação desta primeira etapa considerou o período existente entre a formação das primeiras Freguesias e da primeira divisão administrativa do Rio Grande do Sul, no início do século XIX. Estão sendo estudadas dez localidades cujas Freguesias foram criadas até o Tratado de Santo Ildefonso (1777): Rio Grande, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Osório, Triunfo, Santo Amaro (no município de General Câmara), Taquari, Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Porto Alegre, Mostardas e Gravataí. Não serão incluídas as localidades de Gravataí, Osório, Vacaria e Estreito. As três primeiras, por não mais possuírem vestígios que permitam o seu estudo. Estreito não foi encontrada. Talvez futuras escavações arqueológicas possam esclarecer aspectos desta povoação. A delimitação trata de cidade como estabelecimento humano porque, apesar de algumas delas já se terem organizado como tal, ainda no século XVIII, como bem coloca Macedo (1983, p. 55), realmente, a configuração consolidada e a instalação definitiva têm lugar apenas no século XIX, pois só no ano de 1809 foram criadas, oficialmente, as quatro primeiras vilas, que instalaram suas Câmaras de Vereadores nos dois anos seguintes. Dentre as culturas européias, a ibérica foi aquela que deixou os remanescentes mais remotos e que permitem até hoje refletir sobre o processo cultural que nos foi legado. No campo do urbanismo encontramos estes remanescentes nos vestígios missioneiros (espanhóis), e, nas áreas de origem portuguesa (o litoral, vale do rio Jacuí e na metade sul do Estado). Apesar disso, a etnia portuguesa despertou o interesse de poucos estudiosos, embora existam diversos trabalhos publicados. Os resultados apresentam contradições (por exemplo, no que diz respeito aos primeiros habitantes das povoações, características e datação dos povoamentos e das arquiteturas desenvolvidas, autores e datas de projetos arquitetônicos, etc.), mas são de grande relevância; carecem, entretanto, de um maior aprofundamento na análise de seus remanescentes, notadamente nos quesitos estrutura fundiária, composição arquitetônica, espacialidade, e até mesmo no estabelecimento de relações entre edificações de uma mesma tipologia. É necessário investigar as contradições encontradas e focar questões de fundo que permitam compreender a lógica estabelecida pelos atores dessa etnia ao conformar seus povoados, notadamente no que se refere a apropriação do território dos

mesmos (formação do tecido urbano, sua morfologia e lógicas de crescimento). Com certeza não será possível recuperar a estrutura fundiária original das povoações. O levantamento dos lotes onde ainda existem edificações com características de origem portuguesa, permitirá, ao menos, que se consiga especular sobre a estrutura original. A arquitetura civil será investigada através das tipologias predominantes (a casa térrea e os sobrados: residencial, comercial e de serviços), considerando suas funções, características básicas e seus aspectos construtivos, inclusive no sentido de comprovar e sedimentar a hipótese da sua origem no continente europeu ou nas ilhas do Atlântico como alguns pesquisadores defendem (MACEDO, 1983, p. 66-71; CRUZ, 1996, 29-49). Interessa a compreensão do tecido urbano, tratando-o com mais acuidade e evidenciando o papel que coube às edificações excepcionais. Merecerão atenção especial as edificações religiosas (igrejas e capelas), suas posições no contexto urbano e suas relações com os espaços abertos, abordagem pouco considerada na bibliografia existente. A investigação será de relevante importância para o ensino, para o planejamento da parcela de municípios originários da etnia portuguesa, para a difusão do turismo cultural nas regiões onde estes municípios foram implantados e para contribuir na definição do papel que lhes cabem no cenário geográfico, histórico e cultural do nosso Estado.

O presente artigo trata de Rio Pardo, uma das localidades onde é ainda bastante visível a contribuição portuguesa, embora nas últimas décadas tenha sofrido inúmeras perdas e descaracterizações na sua arquitetura tradicional.

Rio Pardo mantém pouco da sua estrutura fundiária original, apesar de ter sofrido um processo de estagnação econômica a partir da segunda metade do século XIX.

Da mesma forma que se deu nas investigações sobre outras freguesias, sobre Rio Pardo também encontramos dificuldade em conseguir documentação primária, seja pelas perdas e descaracterizações dos objetos arquitetônicos, seja pela escassa documentação existente, embora devamos reconhecer a importância que se reveste a criação e estruturação, ainda que tardia, de um arquivo histórico do município.

A escassez de documentação nos levou a procurar orientação nas fontes secundárias, encontrando no viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, em Dante de Laytano, Francisco Riopardense de Macedo e Luiz Carlos Schneider, os principais pontos de apoio.

## **2. O POVOAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL**

Tratar de qualquer assunto que remeta ao passado de Rio Pardo é voltar de certa maneira ao pretérito do Rio Grande do Sul e de sua ocupação.

Embora a presença humana no atual território do Rio Grande do Sul date de aproximadamente onze mil anos, a colonização européia se dá apenas a partir do século XVII.

Com o Tratado de Tordesilhas, de 1494, o território sul-riograndense passou a pertencer à Coroa Espanhola, entretanto a falta de atrativos econômicos fez com que a região permanecesse habitada apenas por índios.

Em seguida dos descobrimentos da América e do Brasil, surgia como reação da chamada Contra-Reforma da Igreja Católica a Ordem Jesuítica. Os jesuítas logo passariam a atuar na evangelização dos povos indígenas na América; em terras espanholas, inicialmente em Juli, na região do Lago Titicaca, no Perú. O fracasso desta experiência levou-os a procurar áreas mais ao centro do continente sul-americano – planície amazônica e o planalto central. Assim surgiram as Missões de índios Mainá (na Amazônia peruana), dos Moxos e Chiquitos (no oriente boliviano) e as de Guaranis (nos territórios que conformam parte do Paraguai, Brasil e Argentina).

Para atuar junto aos índios Guarani foi criada, em 1610, a Província Jesuítica do Paraguai, com sede em Assunção. Inicialmente foram fundados os primeiros povoados de índios visando a sua evangelização, nas regiões denominadas de *Itatim* (em territórios situados entre o atual Paraguai e o atual Estado do Mato Grosso) e *Guairá* (no noroeste do atual Estado do Paraná). Estes povos ou reduções, como também eram denominados, começaram a surgir exatamente no instante em que se desenvolveria em São Paulo o Ciclo Bandeirista. Como a primeira fase do bandeirantismo visou aprisionar índios para usá-los como mão-de-obra na lavoura canavieira do litoral, as reduções do *Itatim* e do *Guairá* logo sofreriam com os ataques dos bandeirantes. Houve então uma transmigração de jesuítas e índios para o sul, surgindo assim as chamadas missões do *Tape*, situadas nas regiões noroeste e central do atual território do Rio Grande do Sul. Também estas reduções teriam uma duração efêmera, desaparecendo com os ataques das bandeiras, destacando-se a de Antônio Raposo Tavares (1636-38). Os jesuítas só retomariam este projeto no final do século XVII, quatro décadas após a batalha de M'bororé, que se deu em 1641, quando os bandeirantes foram derrotados pelos índios Guarani, voltando-se para a busca de pedras e metais preciosos.

O episódio relacionado com as missões do *Itatim*, *Guairá* e *Tape* ocorreu durante o período da chamada União Ibérica (1580-1640), em que o trono português foi ocupado pelos reis da Espanha. É quando Juan de Garay assenta a nova Buenos Aires, em 1580, substituindo a povoação de vida efêmera fundada anteriormente, em 1536, e que tinha sido abandonada. Nela viriam a atuar comerciantes portugueses, e que seriam expulsos com a Restauração do trono português pelo Duque de Bragança.

A posição geográfica próxima do rio da Prata, o potencial econômico que o gado representava, a possibilidade de acesso às riquezas da América Espanhola escoadas pelo rio da Prata além da indefinição efetiva da linha de Tordesilhas, contestada por Portugal, segundo Glenda Pereira da Cruz (CRUZ, 1996, p.75), foram os fatores que vieram a se somar aos interesses dos comerciantes portugueses expulsos de Buenos Aires, e que fizeram com que Portugal efetivamente passasse a se interessar pela atual região meridional do Brasil.

Ponto de partida para a ocupação portuguesa nos territórios situados entre Laguna e o rio da Prata foi a criação da Colônia do Santíssimo Sacramento, em 1680, em frente a Buenos Aires, pelo Governador do Rio de Janeiro Manuel Lobo. Com isso se garantia a preservação do comércio ilícito e o acesso às Vacarias do Mar, visando seu conhecimento e ponto de partida da atividade predatória do gado. Como consequência, começam assim as disputas de fronteiras entre Espanha e Portugal, que se estenderiam até o início do século XIX.

A mesma autora cita Borges Fortes e Ruben Neis para salientar as três etapas que marcam o início do povoamento do Rio Grande pelos portugueses:

- 1ª fase – De reconhecimento da costa, iniciada logo após o Descobrimento no início do século XVI, seguidas por algumas tentativas sem resultados de ações missionárias jesuíticas portuguesas, que se deram por volta do início do século XIX;
- 2ª fase – Das invernadas, iniciadas por volta de 1723, quando lagunenses e paulistas levaram o gado da Vacaria do Mar para os campos situados na área litorânea compreendida entre Torres e São José do Norte;
- 3ª fase – Das estâncias, iniciadas por volta de 1732 em que os donos das invernadas passam a legitimar suas terras, transferindo suas famílias para o Rio Grande. Glenda cita Neis, para quem era assombroso o grande número de tropeiros entre os primeiros moradores do Rio Grande do Sul atraídos pelo rendoso comércio de gado, cavalar, muar, e vacum, dali para São Paulo (Sorocaba) e Minas Gerais (onde a partir de 1696 teve início o ciclo de mineração, que se estenderia ao longo do século XVIII), momento em que o sul, através do tropeirismo se integraria definitivamente na economia da colônia.

Além do interesse privado dos tropeiros e estancieiros, surgiria desde a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento o interesse oficial, definindo-se assim as duas vertentes apontadas por Glenda Pereira da Cruz (CRUZ, 1996) para a produção e organização do espaço habitado: a vertente do litoral, predominantemente rural, composta dos lagunenses e paulistas que migraram para os campos situados na área compreendida pela faixa litorânea

de Torres a São José do Norte e pela área situada entre Porto Alegre e Tramandaí, ocupação que seria oficializada com a concessão de sesmarias pela Coroa Portuguesa; e a vertente oficial, que marcaria a efetiva presença do Estado português, sendo composta por funcionários militares a soldo da Coroa, iniciada em 1737 com a fundação do forte-presídio Jesus, Maria e José, pelo Brigadeiro José Silva Pais, que originaria a cidade de Rio Grande, no canal de acesso do Oceano Atlântico à Lagoa dos Patos; complementada com a transferência de ilhéus, basicamente composta por imigrantes de procedência açoriana, vertente civil, porém também oficial, cuja vinda e assentamento na região então ocupada pelos Sete Povos das Missões, estavam entre os desdobramentos previstos com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750.

Cabe lembrar que a partir de 1682 os jesuítas haviam retomado o projeto de criar missões com índios guaranis, formando trinta povoados nos atuais territórios da Argentina, Brasil e Paraguai, dos quais sete se situaram no noroeste do atual território sul-riograndense, denominados de Sete Povos das Missões. Era este território que estava sendo barganhado pela Espanha para retomar de Portugal a Colônia do Santíssimo Sacramento. Com a recusa dos Guaranis de entregar a área dos Sete Povos, iniciou-se a denominada Guerra Guaranítica (1753-56), motivo pelo qual não foi possível a concretização do Tratado de Madri. Responsabilizados pelo fracasso do tratado, os jesuítas seriam expulsos do território pelos espanhóis, em 1768.

Durante muito tempo a presença portuguesa esteve limitada a faixa litorânea, situada entre Laguna e a Colônia do Santíssimo Sacramento, recebendo “um outro ramo, da foz do Jacuí até Rio Pardo, em função da criação nesta localidade do forte que se constituiu na segunda fronteira, fronteira ocidental” (MACEDO, 1983, p.57).

O avanço para oeste, dando início ao povoamento do vale do Rio Jacuí, está relacionado com a Provisão Régia de D. João V, de enviar 4.000 casais de açorianos para colonizar o sul do Brasil (litoral de Santa Catarina e região das Missões no Rio Grande do Sul), situação oportunizada com as negociações que envolviam assinatura do Tratado de Madri com a Espanha. Fracassado o intento de por em prática o tratado, e tendo os açorianos destinados ao Rio Grande do Sul chegado em 1753, a solução foi assentá-los nas regiões já ocupadas e na colonização da margem norte do Rio Jacuí. O mesmo autor destaca também que foi nestes dois caminhos perpendiculares entre si - faixa litorânea e calha do Rio Jacuí - que se encontraram os exemplares mais significativos das construções para defesa erguidas pelos portugueses na região meridional do Brasil (MACEDO, 1983, p.57).

Foi neste contexto de ocupação do vale do Jacuí que surgiu Rio Pardo, a partir da fundação da Fortaleza Jesus, Maria e José (1753), consequência do Tratado de Madri. Com



isso, Rio Pardo passou a ser centro logístico de operações militares portuguesas no processo que se iniciava de delimitação de fronteiras e da ocupação da área das Missões. Há controvérsia quanto a autoria do projeto da Fortaleza Jesus Maria e José (Figura 1). Seu traçado poligonal irregular é atribuído a José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765), embora o risco esteja assinado pelo sargento-mor Manoel Vieira Leão (1727-1803), que atuou em meados do século XVIII na região, e que seria um discípulo do primeiro. Construída sobre um promontório na confluência dos rios Jacuí e Pardo, segundo o mesmo Riopardense de Macedo, “é característica das defesas que utilizaram elevações de terreno sem a existência de núcleo urbano próximo”. (MACEDO, 1983, p.63)

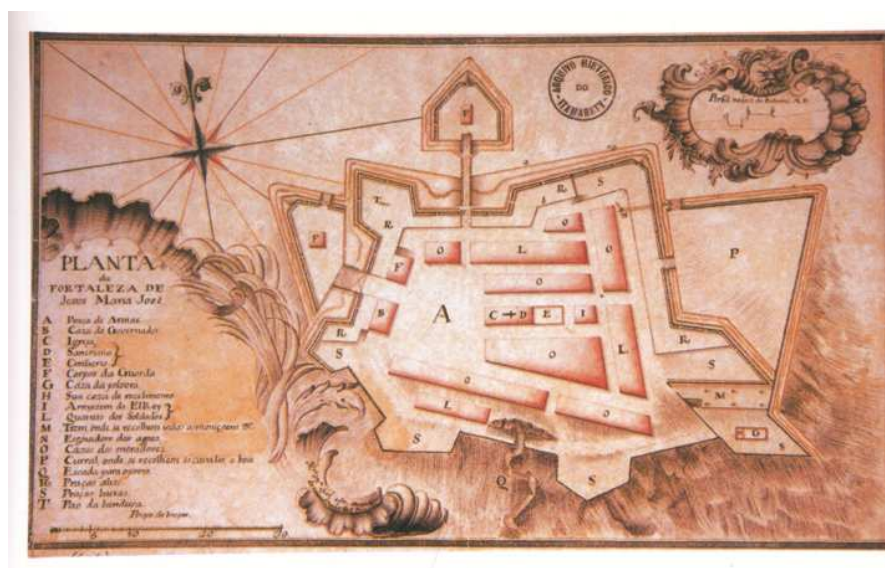


Figura 1: Planta da Fortaleza de Jesus Maria e José – Rio Pardo (DIAS, 2005, p. 293).

### 3. O POVOAMENTO DE RIO PARDO E A EXPANSÃO DO TECIDO URBANO

Sendo o ponto mais avançado do lado oeste do território até então conquistado pelos portugueses, Rio Pardo seria defendida inicialmente do ataque de índios missioneiros (quando da demarcação do Tratado de Madri) e posteriormente das tentativas de avanço de espanhóis - a primeira, em 1763, quando da invasão de Rio Grande, momento em que D. Antonio Gómez marchou com índios missioneiros contra Rio Pardo, oportunidade na qual Rafael Pinto Bandeira pilhou a cavallhada de Gómez deixando-os sem condições de ataque; e a segunda, em 1775, quando D. Juan José Vertiz y Salcedo chegou à margem direita do Jacuí, intimando a rendição do forte, ocasião em que Pinto Bandeira fingiu ter recebido um grande exército, o que fez Vertiz y Salcedo retroceder para Rio Grande, sofrendo ataques de guerrilhas durante o trajeto (FLORES, 1996, p. 59-60). Rio Pardo passou a ser conhecida como a *Tranqueira Invicta*, denominação dada pelo fato de jamais ter sido tomada pelos inimigos. Próximo da fortificação surgiu uma povoação que no final do século XVIII e no início do século XIX despontaria pela sua importância no contexto da disputa de fronteiras

entre as duas nações ibéricas.

Luiz Carlos Schneider adota metodologia desenvolvida pela professora arquiteta Dóris Maria Müller, na sua obra *Crescimento Urbano: um instrumento de análise aplicado ao Vale do Taquari* (1976), também utilizado pela mesma em Porto Alegre e sua evolução urbana, em co-autoria com Célia Ferraz de Souza. Resulta assim uma periodização para análise da evolução da cidade:

- Primeiro Período – Origem do povoado e da freguesia (1750-1809), de implantação da fortificação e surgimento do núcleo urbano, que começou a concentrar atividades de apoio à produção, tornando-se gradativamente em um entreposto comercial;
- Segundo Período – O progresso da Vila de Rio Pardo (1809-1865), em função da localização privilegiada, torna-se um dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul, instalando-se Câmara de Vereadores e consolida-se como o principal entreposto comercial da região, sem contar a sua vocação inicial de centro de atividades militares, beneficiando-se desta posição;
- Terceiro Período – Os marcos da estagnação econômica (1865-1945), onde uma conjuntura de fatores políticos, econômicos e sociais, fizeram com que paulatinamente perdesse a importância que teve até a metade do século XIX;
- Quarto Período – A redefinição do espaço urbano (1945-2001), que se dá com a recuperação econômica, com a revitalização das atividades agro-pastoris, com a implantação de cooperativas agrícolas e pastoris, refletindo na recuperação das atividades comerciais. Apesar da perda de vitalidade dos sistemas fluvial e ferroviário, a implantação de um sistema rodoviário responsável pelo escoamento da produção, permitem recuperar parte da vitalidade que a cidade teve anteriormente.

Até hoje não se sabe quem é o autor do traçado de Rio Pardo. Para Günter Weimer, “possivelmente ela tenha surgido como complemento do forte” (WEIMER, 1999, p.58). Se a planta da fortificação é de autoria de um engenheiro militar, o mesmo não pode ser dito da vila. Luiz Carlos Schneider, ao tratar daquilo que chamou de “Primeiro Período”, vai ao encontro de Weimer, defendendo a idéia de que possivelmente o núcleo urbano foi se estruturando lentamente ao longo da fortificação, posição que casa com a bibliografia portuguesa contemporânea:

Em todos os tempos, quer a cidade se desenvolva gradualmente quer se desenvolva a partir de um plano pré-definido, a cidade portuguesa é planeada e projetada no sítio e com o sítio. Esta é uma das mais importantes características da cidade de origem

portuguesa. (TEIXEIRA, 1999, p.315)

O francês Auguste Saint Hilaire visitou Rio Pardo, quando a implantação da sua fortaleza tinha pouco mais de seis décadas. Diz que “A Vila de Rio Pardo era inteiramente nova” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.192) e narra que “todos os que aqui vieram a se estabelecer, há menos de trinta anos, contam-me que, na ocasião, só se viam choupanas na localidade” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.192). Pelo que se depreende de que foi no final do século XVIII que a implantação do vilarejo de fato tomou corpo. Na sequência ele demonstra a importância que a vila logo teve: “A princípio para aqui vieram juizes regulares, após substituídos por juizes-de-fora. A cidade, também sede de uma paróquia, fica em terreno acidentado à confluência do rio, que lhe dá nome e o do Jacuí” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.192). Fora elevada a freguesia em 15 de dezembro de 1762. Criavam-se assim as condições para que fossem tomadas medidas para erguer uma igreja matriz.

Após a Campanha das Missões (1801), com a anexação dos territórios situados até a margem oriental do rio Uruguai, Rio Pardo logo se tornaria o maior município da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, isto é, a partir da sua primeira divisão administrativa, feita em 1809 (Figura 2). O território abrangia quase a metade do atual território do Estado. Faziam parte de seu território, além dos Sete Povos das Missões, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (atual Cachoeira do Sul), a Capela de Santa Bárbara da Encruzilhada (hoje Encruzilhada do Sul) e as povoações de Nossa Senhora do Rosário de São Gabriel (hoje São Gabriel) e Nossa Senhora da Assunção de Caçapava (hoje Caçapava do Sul).

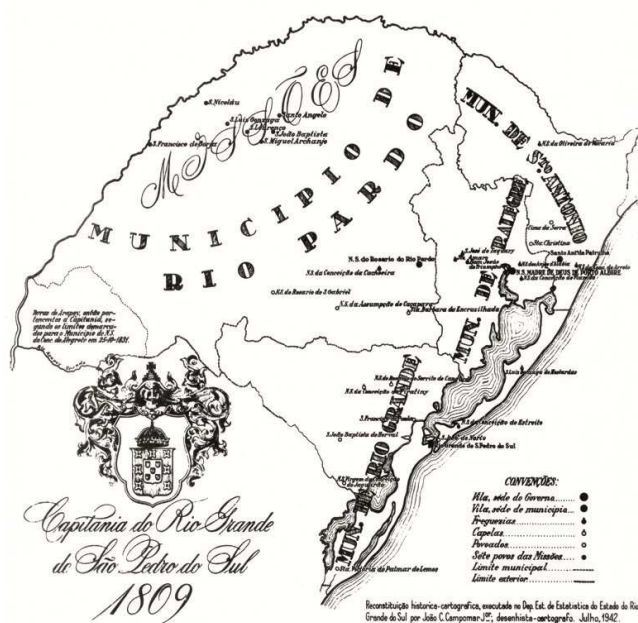


Figura 2: Divisão Administrativa da Capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul - 1809 (FEEE, 1991, p.01)

Tornou-se vila em 7 de outubro de 1809, tendo sido considerado município em 20 de maio de 1811, com instalação da Câmara. Rio Pardo ingressa naquilo que Schneider denominou de “Segundo Período”, quando a presença de militares, de comerciantes e caixeiros viajantes fizeram da povoação, ponto de abastecimento e trocas, dando início a um período de importante vitalidade econômica à localidade. Somava-se a isto, a produção de trigo e a pecuária.

Saint-Hilaire descreve desta forma o desenvolvimento da povoação que veria uma década depois:

Sobre a crista de elevada colina, corre a principal rua, ficando as demais nos flancos dessa e de outras colinas adjacentes. A maior parte das ruas não se comunicam diretamente umas com as outras; por assim dizer, não passam de grupos de casas atiradas aqui e ali, entremeadas de gramados, terrenos baldios e de cercados plantados com laranjeiras: conjunto variado e agradável à vista. A praça pública é pequena. A igreja paroquial forma um de seus lados e não está ainda acabada, o mesmo acontecendo a duas outras pequenas igrejas existentes na cidade. A casa da Câmara, tendo anexa a cadeia, é um edifício térreo. A rua principal é, em parte, calçada e as demais ainda não o são. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.192)

Para entender a descrição do viajante é preciso observar a planta de 1829 (Figura 3), a mais antiga que se conhece de Rio Pardo, levantamento de autoria do alemão João Martinho Buff. Como o original sumiu, é preciso valer-se de cópia existente. Nela se percebe o traçado semi-regular que caracterizou a expansão dos núcleos iniciais desenvolvidos por portugueses na região meridional do Brasil. Fruto da adequação ao sítio como foi visto acima. Quatro pontos definem claramente a implantação de Rio Pardo. O porto comercial, na parte mais baixa junto ao rio, o “Alto da Fortaleza”, próximo do rio, para defesa do local, e as denominadas de “parte baixa da cidade” e “parte alta da cidade”.

Sobre a lógica deste traçado é fundamental recorrer a Francisco Riopardense de Macedo, que estudou a estrutura urbana básica da cidade, considerando as condicionantes orográficas e hidrográficas. Macedo concorda que a fortaleza foi o ponto de partida para a ocupação, no Alto da Fortaleza (MACEDO, 1972, p.36). Depois, segundo ele, foram assentados os primeiros colonizadores açorianos, “alojados na rua Velha, entre os arroios do Couto e Diogo Trilha, próximo de um destacamento dos Dragões ali sediado para a defesa dos acessos por terra ao Alto da Fortaleza, do qual distava cinco quilômetros”. O local é conhecido por Ramiz Galvão.



Figura 3: Planta de Rio Pardo – 1829 (BECKER, 1968, p.47)

Na ligação entre esse assentamento inicial e a fortaleza se estruturaria a malha semi-regular (Figura 4), tendo como eixos básicos a antiga rua Santo Ângelo, que depois se chamou Barão do Triunfo (atual rua Andrade Neves), o divisor de águas, centro do tecido urbano, onde se situavam as principais moradias da povoação (Figura 5), “local das duas bifurcações, uma que levava à ponte de Rio Pardo ligando com o noroeste da região e outra que levava à praia do Rio Jacuí, onde estava o porto” (MACEDO, 1972, p.40), a “parte alta da cidade”; e a rua Direita, a da Ladeira (que se chamou rua do Imperador, depois rua Silveira Martins e, atualmente, rua Júlio de Castilhos), ligando o Alto da Fortaleza com a parte residencial (rua de Santo Ângelo e adjacências), passando pela praça onde hoje se situa a Igreja Matriz, em um plano um pouco mais abaixo – a “parte baixa da cidade”.

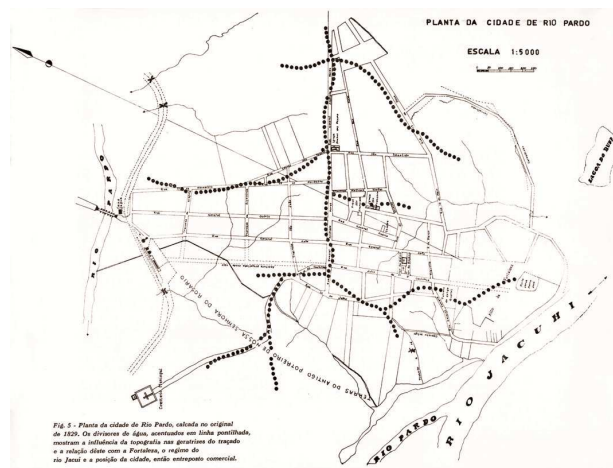


Fig. 5 - Planta da cidade de Rio Pardo, editada no original de 1829. Os traços de linha pontilhada mostram a influência da topografia nas gestões do traçado e a relação entre com o Fortinho, o núcleo do rio Jacuí e a posição da cidade, então entreposto comercial.

Figura 4: Planta de Rio Pardo (MACEDO, 1972, p.39)

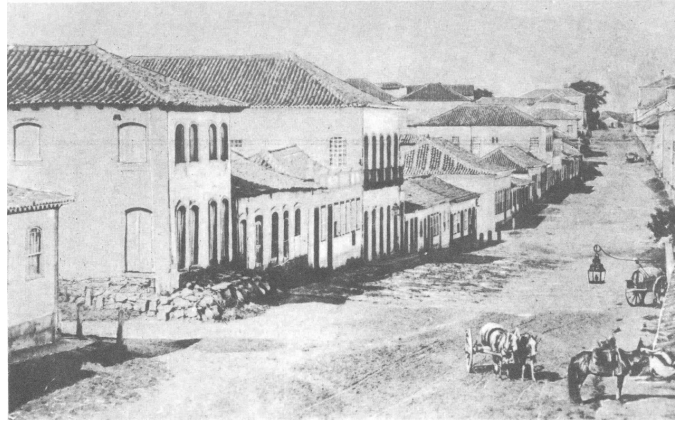


Figura 5: Rua Andrade Neves - 1870 (BECKER, 1968, p. 47)

Para compreender a estrutura urbana, precisamos recorrer ao posicionamento dos edifícios públicos para então abordar nosso objetivo, o de compreender o loteamento e suas edificações que conformam o tecido.

Nas povoações que surgiram no período colonial, os templos sempre tiveram posições de destaque na paisagem das mesmas. Em Rio Pardo, segundo Dante de Laytano, os fiéis inicialmente “cumpriam suas devoções na Ermida da Sagrada Família” (LAYTANAO, 1979, p.41), de 1753, a capelinha existente na Fortaleza. Depois, em 1759, a Capela, chamada por Laytano de Igreja de Santo Ângelo, “construída no centro da futura cidade pelos seus primeiros habitantes” (LAYTANAO, 1979, p.41), na rua de mesmo nome, atual Andrade Neves.

Na paisagem de Rio Pardo, como era característico nas demais povoações dos séculos XVIII e XIX, despontava a Igreja Matriz (Figura 6). Pela informação prestada pelo vigário Sebastião Rego, citada por Dante de Laytano, quando do inquérito realizado em 1853, pelo Dr. José Marcelino da Rocha Cabral, encarregado do Serviço de Estatística da Província: “A paróquia da vila foi ereta no mesmo lugar onde existia a outra, assaz pequena, no ano de 1801, época exarada na verga da porta principal e não no livro Tombo, cuja falta é digna de bastante culpabilidade” (LAYTANAO, 1946, p.28). De fato a atual Igreja Matriz foi construída no lugar onde existiu outra anteriormente, inaugurada em 3 de outubro de 1779, com a presença do governador da Capitania, José Marcelino de Figueiredo, oportunidade em que foram trasladadas as imagens da Capela de Santo Ângelo para o novo templo, através de solene procissão (LAYTANAO, 1946, p.28). Esta igreja encontrava-se arruinada, doze anos depois, motivo pelo qual decidiu-se pela construção de um novo templo.





Figura 6: Igreja Nossa Senhora do Rosário, antiga Matriz de Rio Pardo (BECKER, 1968, p.47)

Francisco Riopardense de Macedo defende que o núcleo inicial de Rio Pardo constituiu-se no Alto da Fortaleza, expandindo-se posteriormente para a rua Júlio de Castilhos (conhecida como rua da Ladeira), subindo até a rua Santo Ângelo, atual General Andrade Neves, a principal da cidade. Isto foge da lógica das demais cidades que estudamos até aqui.

Sendo a Capela de Santo Ângelo o templo que precede a ermida da fortaleza e que antecede a primeira Igreja Matriz, e se situando na Rua de Santo Ângelo, centro da povoação como esclarece Laytano, a construção da Matriz e sua posterior substituição pela atual, em ponto mais baixo que a atual Andrade Neves, se deu por motivo muito relevante. Schneider esclarece, ao afirmar que a área mais próxima da fortaleza, quando da invasão de Rio Grande em 1763, teve uma preferência na ocupação devido aos motivos de segurança. Isto explica como a lógica foi rompida, do centro da povoação com sua igreja matriz se situar no ponto mais alto, o que não se configura em Rio Pardo. Explica inclusive a importância que passou a ter a ligação principal entre a Andrade Neves com a nova praça da Igreja Matriz, através da popularmente conhecida Rua da Ladeira (Figura 7), que teria sido pavimentada com pedras irregulares, no início do século XIX, sendo provavelmente a primeira no Rio Grande do Sul, hoje classificada como monumento nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Figura 7: Rua da Ladeira (Foto Maturino Luz, 2009)

O projeto da nova Igreja Matriz de Rio Pardo (Figura 8) é atribuído ao engenheiro militar Francisco J. Roscio (1733-1805), que governou a Capitania entre 1801 e 1803, porém a edificação apresenta algumas diferenças em relação às demais igrejas que lhe são contemporâneas. O viajante Auguste de Saint-Hilaire, a chama de “igreja paroquial”, salientando que ela “forma um dos seus lados” (referindo-se à praça pública, solução usual em povoações de origem portuguesa no Brasil) e que “não está ainda acabada”. Sabe-se que as obras se estenderam até o período posterior à Guerra dos Farrapos, tendo sido concluída pelo alemão João Martinho Buff (1800-1880), conforme comprova o parecer emitido, em 1847, pela Assembléia Provincial respondendo ao pedido de auxílio para a conclusão da igreja, encaminhado pelo juiz provedor e mesários das irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário (DAMASCENO, 1971, p.35). Athos Damasceno diz que a igreja receberia a primeira torre nos anos cinqüenta do século XIX e que a segunda torre seria construída apenas em 1885. (DAMASCENO, 1971, p.36)



Figura 8: Igreja Matriz de Rio Pardo (Foto Maturino Luz, 2009)

“O mesmo acontece com as duas outras pequenas igrejas existentes na cidade” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.192), diz Saint Hilaire, referindo-se ao fato de tê-las visto também inacabadas. Trata-se das capelas de São Francisco das Chagas (iniciada em 1802, em um dos lados de uma praça criada para recebê-la, e inaugurada em 1812) e do Senhor dos Passos (iniciada em 1815, na então Rua de Santo Ângelo).

No século XVIII, os recursos oficiais voltavam-se para Minas Gerais, pois o ouro e os diamantes eram vistos como tábua de salvação da Coroa Portuguesa para se livrar do jugo inglês. Assim, a ocupação do Rio Grande do Sul pelos pioneiros desbravadores de origem paulista e os camponeses portugueses ilhéus deu-se como diz Riopardense de Macedo, com “muita vontade e decisão. Pouca administração da Coroa. Ausência total de atitude empresarial” (MACEDO, 1972, p.27). Isto explica o fato da Igreja ter chamado a si uma série de serviços elementares, com o consentimento e apoio do poder militar, o único existente até aquele momento. Mesmo depois de instalado o poder civil, a Igreja continuou prestando serviços de interesse público. Significa que as instituições religiosas preenchiam lacunas



deixadas pelo poder civil. Dentre os serviços prestados pela Igreja destacam-se o registro de nascimentos, casamentos e óbitos; a solução de desavenças; e a contribuição para que se fizesse a justiça e a segurança; participava ainda na difusão de informações de interesse do governo e do povo. A assistência aos necessitados, a coleta de esmolas e o atendimento dos doentes, eram atribuições das Irmandades controladas em suas ações pelo Juiz Municipal do Termo que atuava também como Juiz de Capela. (MACEDO, 1972, p.28). Na parte mais alta da povoação, na atual Rua Andrade Neves, seria implantado o edifício que deveria abrigar o Hospital de Caridade, mas que acabou abrigando a Escola Militar e posteriormente o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Segundo Dante de Laytano (LAYTANO, 1979) o terreno destinado para a construção deste hospital de caridade foi doado por João Silveira e sua mulher Jacinta de Sousa Nunes. Com a doação abria-se o caminho para a sua idealização que coube a Buff. O prédio foi construído, no quarteirão compreendido pela rua Andrade Neves e pelas ruas São Sebastião, General Auto e Gomes Freire de Andrade, ao lado da capela do Senhor Bom Jesus dos Passos, em lugar alto e panorâmico, colocando ainda hoje o edifício em destaque. Foi iniciativa da Irmandade do Senhor dos Passos a construção deste hospital. Esta tradição portuguesa de criar hospitais de caridade surge na época dos descobrimentos, quando são instituídas as Santas Casas, primeiramente em Portugal, estendendo-se aos territórios sob domínio lusitano.

Na planta de Rio Pardo, elaborada por João Martinho Buff, em 1829, o prédio mais significativo do logradouro era a capela que estava sendo edificada. Com a construção do prédio destinado ao hospital de caridade (concluído em 1884), este passaria a dividir com a capela a condição de principais referenciais na rua, que naquele período era o logradouro onde habitavam as famílias mais ilustres da cidade, e que aos poucos tornou-se a principal rua comercial da mesma, como ainda hoje se comprova. Schneider diz que o início do trabalho de demarcação dos lotes urbanos deu-se no final do século XVIII, trabalho desenvolvido por engenheiros militares (SCHNEIDER, 2005, p.100). No mapa de 1829, vê-se que os lotes da atual Andrade Neves, possuíam pequena testada, como nas povoações portuguesas existentes, e uma grande profundidade, superior ao das demais povoações até aqui estudadas (ver Figura 3). Na metodologia que estamos adotando está prevista a confrontação das plantas existentes com imagem de satélite atual. É importante salientar que até a feitura deste texto, a quatro mãos, não havíamos feito esta operação que certamente será esclarecedora.

Como era comum nas povoações de origem portuguesa no Brasil, as casas construídas nos lotes urbanos estavam no alinhamento e normalmente entre medianeiras, constituindo-se as ruas em corredores de passagem. Especialmente nas vias principais, o que era o caso da Andrade Neves. Rio Pardo não fugia desta regra.

Saint-Hilaire ficou na verdade impressionado com o fato da cidade ser rica e comercial, o que se traduzia nas construções da cidade: “Todas as casas de Rio Pardo são cobertas de telha; várias grandes e bem construídas. Contam-se em grande número as assobradadas, de um e mesmo dois andares e quase todas as que anunciam abastança têm sacadas envidraçadas. É na rua principal que se vêem lojas e armazéns de comestíveis, uns e outros bem sortidos. Embora seja Rio Pardo uma localidade rica e comercial, nada se fez, até agora, para facilitar o desembarque de mercadorias”. (LAYTANO, 1946, p.28)

Nesta mesma direção encontra-se o relato de Nicolau Dreys, de 1839, no qual diz que “a vila era de chamar a atenção por seus numerosos edifícios, alguns dos quais de construção moderna”. Certamente entre as edificações descritas já se destacaria o Solar do Almirante Alexandrino (Figura 9), edificação notável entre os remanescentes da antiga povoação de Rio Pardo da primeira metade do século XIX, construída para Matheus Simões Pires, depois ocupada por Manuel Ferreira de Faria, e que hoje abriga o Museu, também classificada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.



Figura 9: Solar do Almirante Alexandrino (Foto Maturino Luz, 2009)

Através da Lei nº 3, de 31 de março de 1846, Rio Pardo foi elevada à categoria de cidade o que demonstra a pujança com que a localidade chegou até meados do século XIX, momento em que a economia local começa a declinar.

O crescimento do núcleo inicial de Rio Pardo, e a conseqüente expansão do tecido urbano, se dá no sentido norte, conforme mapa de 1829, conectando os rios Jacuí e Pardo através da atual rua General Osório, antiga rua da Ponte. Nesta mesma direção, surge, a aproximadamente 30km da cidade de Rio Pardo, a sede da colônia de Santa Cruz. Com a fundação da colônia alemã de Santa Cruz, em 1849, a cidade cresce em direção a este

novo eixo, consolidando a primeira expansão do núcleo urbano inicial. No período de 1861 a 1864, Santa Cruz apresenta um significativo aumento da safra de fumo, tornando-se, segundo Laytano, a colônia provincial mais rica e populosa do Rio Grande do Sul, configurando-se uma das principais fontes da economia de Rio Pardo. A emancipação da colônia de Santa Cruz, em 1877, também contribui para o processo de declínio da economia de Rio Pardo. Por outro lado, pela necessidade de escoamento da produção de Santa Cruz por Rio Pardo, ocorrem melhorias na estrada que une estes dois municípios.

Rio Pardo era considerado um ponto importante do comércio intermediário que se dava via fluvial. Com o desenvolvimento da navegação a vapor, a partir da década de 60 do século XIX, e a consequente facilidade de deslocamento a Porto Alegre, os proprietários de terras e habitantes de lugarejos deixaram Rio Pardo de lado e passaram a fazer suas compras em Porto Alegre, gerando a estagnação do comércio local (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.167). A partir destes fatos, tem-se configurado o processo de declínio e paulatinação da economia local, que Schneider qualifica como o terceiro período da evolução urbana da cidade.

A partir da implantação da ferrovia ligando Porto Alegre a Santa Maria (inaugurada em 1885) e a construção da Estação Ferroviária, inicia-se um processo de adensamento em direção a esta área da cidade, promovendo uma alteração do padrão de parcelamento do solo – os antigos lotes, que possuíam um comprimento significativo são divididos em função da abertura de novas vias. Como consequência da implantação da ferrovia temos a perda do movimento do Porto de Rio Pardo.

Em 1905, é inaugurado o ramal ferroviário que liga Santa Cruz do Sul a Rio Pardo, reforçando a importância da ferroviária para a economia local. Com a pecuária em declínio e a consequente substituição da base econômica pela lavoura de arroz, tem-se uma breve recuperação da economia, no primeiro quartel do século XX.

Durante este período, a cidade sofre mais perdas de território e de população, em função da emancipação de outros distritos. Isto reflete-se na área urbana, com a estagnação comercial e a não expansão da área urbana.

A partir da década de 50, ocorre um fenômeno comum nas cidades brasileiras, a transferência da população rural para a área urbana, que cresce em direção a leste, onde se instala a rodovia RS471 que liga Santa Cruz a Pantano Grande, passando por Rio Pardo (momento em que foi construída a ponte de concreto sobre o Rio Jacuí) e consequentemente à BR 290 (Porto Alegre – Uruguaiana), que dá acesso a capital, configurando um novo vetor de crescimento e expansão do tecido urbano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Rio Pardo, como as demais cidades de origem portuguesa configura-se com tecido semi-ortogonal, em função da adaptação do mesmo ao sítio. Inicialmente teve uma estrutura fundiária diferenciada, em função principalmente da profundidade dos lotes da antiga Rua Santo Ângelo, atual Andrade Neves, conforme se vê no mapa de 1829. Estes lotes, de pequena testada e grande profundidade foram ocupados dentro da mesma lógica das demais cidades portuguesas no Brasil, com edifícios construídos entre medianeiras e no alinhamento. Como se pode observar, pelos resultados deste estudo, a ocupação do território se inicia com a construção da Fortaleza Jesus Maria e José junto ao Rio Jacuí na localidade de Altos da Fortaleza. O assentamento inicial da população, entretanto, se dá longe do forte, na atual Vila de Ramiz Galvão (ver mapa atual). Posteriormente, começa a se formar o centro definitivo da povoação, no divisor de águas, atual rua Andrade Neves. Com a invasão espanhola em Rio Grande, o centro se desloca para a área ao redor da praça da atual Igreja Matriz, mais próxima da Fortaleza, por questões de segurança. Assim, a estrutura urbana definitiva se configura, definindo o centro histórico - atual pólo turístico da cidade.

No mapa de 1829, já é demonstrado um crescimento no sentido norte-sul – ligação entre os 2 rios, Jacuí e Pardo, que se reforça com a colônia de Santa Cruz ao norte e com a passagem da ferrovia pelo município. O posterior crescimento a leste – último vetor de crescimento vai se dar em função dos ramais rodoviários, constituído pela RS 471. (Fig.10)

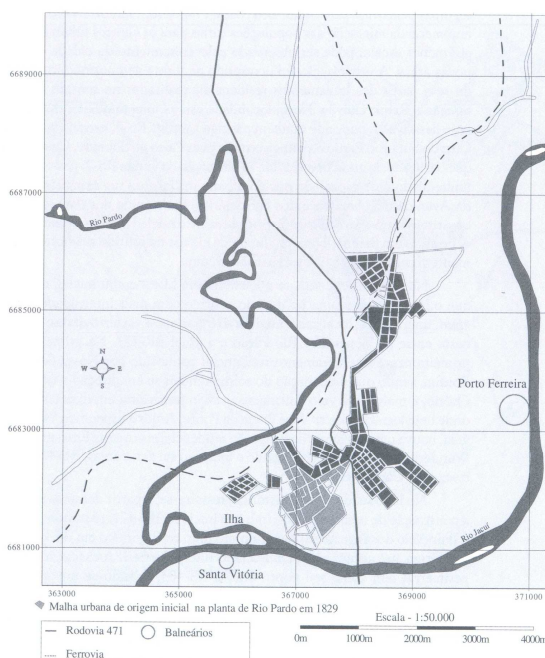


Figura 10: Planta de Rio Pardo em 1829 (SCHNEIDER, 2005, p.191)

Como se pode ver Rio Pardo possui algumas peculiaridades que a diferem das demais povoações originadas pela etnia portuguesa. A localização da praça da Matriz e os lotes profundos são os elementos que se destacam.

## REFERÊNCIAS

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- BARROSO, Vera Lucia Maciel. **A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro**. Estudos Iberoamericanos. Porto Alegre: PUCRS, de. 1980.
- BARROSO, Vera Lucia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul: a fronteira como trajetória. In: WEIMER, Günter (Org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992, p. 35-55.
- BECKER, Klaus (Org.). **O Rio Grande Antigo**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, Enciclopédia Rio-Grandense, 1º volume, 2ª edição, 1968.
- BITTENCOURT, Doris Maria Machado de. **Arquitetura de pedra e cal no Litoral Sul e Vale do Jacuí, nos séculos XVII e XVIII: Colônia do Sacramento, Rio Grande, Viamão e Santo Amaro**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- CRUZ, Glenda Pereira da. Vertentes da arquitetura portuguesa no Rio Grande do Sul no século XVIII. Revista Pós, FAU-USP, número especial-2, setembro de 1996, p. 75-78. DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Ed. Alva-CIORD, 1997.
- DAMASCENO, Athos. **Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)**. Porto Alegre: Ed. Globo, Coleção Província, 23, 1971.
- DIAS, Pedro. **História da arte luso-brasileira: urbanização e fortificação**. Lisboa: Almedina, 2005.
- FEEE. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: FEEE, 1991.
- FERNÁNDEZ, José Luis García e outros. **La Ciudad Iberoamericana**. Madri: Ministerio de Obras Públicas y Urbanismo / Centro de Publicaciones, Actas del Seminario Buenos Aires 1985, 1987.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 5ª edição, 1996.
- LAYTANO, Dante de. **Almanaque de Rio Pardo**. Porto Alegre: Tip. do Centro, 1946.
- LAYTANO, Dante de. **Guia Histórico de Rio Pardo**. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo; Porto Alegre: AGE, 2ª edição, 1979.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura Luso-brasileira. In: WEIMER, Günter (Org.). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Documenta história 15, 1983, p. 53-94.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura Luso-Brasileira. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez et al. **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Série Documenta 15, 198.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre, Origem e Crescimento**. Porto Alegre: Unidade Editorial / Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Série Corona 2, 2ª edição, 1999.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. **Rio Pardo, a arquitetura fala da história**. Porto Alegre: Sulina, 1972.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. Urbanização do Rio Grande do Sul (série de artigos). **Correio do Povo - Caderno de Sábado**, maio a agosto 1973.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. **Arquitetura Popular Açoriano/Brasileira, subsídios para o seu estudo**. Angra do Heroísmo: Presidência do Governo Regional dos Açores / Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1996.
- PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Ed. UnB, Coleção arquitetura e urbanismo, 2006.
- RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, Coleção História 28, 1999.
- SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, Coleção Reconquista do Brasil 10, 1974.
- SANTOS, Paulo. **Formação da rede de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- SCHNEIDER, Luiz Carlos. **Rio Pardo: evolução urbana e patrimônio arquitetônico-urbanístico**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). **A construção da cidade brasileira**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. **O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal – Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- WEIMER, Günter. **A Arquitetura**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, Síntese Rio-grandense, 12-13, 3ª edição, 1999.
- WEIMER, Günter. **Arquitetos e construtores rio-grandenses na Colônia e no Império**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.
- WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.
- YUNES, Gilberto Sarkis. **Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado em Estruturas Ambientais e Urbanas. São Paulo: FAU-USP, 1995.